

CANDIDATURAS**Inclusão social e não discriminação dos Roma**

Estão abertas candidaturas para a apresentação de propostas para "actividades para melhorar o impacto das políticas, programas e projectos com vista à inclusão social e à não discriminação do povo Roma na UE".

Objectivos

- _ identificar os modelos bem sucedidos das políticas de inclusão do povo cigano, quadros institucionais, envolvimento dos intervenientes e estruturas de apoio financeiro;
- _ identificar as características dos programas e projectos financeiros bem sucedidos, explicar se e como foram transferidos para outros países/regiões e sublinhar as dificuldades encontradas pelos menos bem sucedidos;
- _ elaborar recomendações destinadas a diferentes níveis de intervenientes (locais, regionais, nacionais, comunitários, internacionais) de modo a fornecer informações na preparação de políticas, programas e projectos futuros que visam a população cigana.

Data limite para recepção das propostas**04 de Setembro de 2008**http://ec.europa.eu/employment_social/emplweb/tenders/tenders_en.cfm?id=3605**EUROPA****Crianças migrantes e educação
Um desafio para os sistemas educativos**

A Comissão Europeia adoptou no passado dia 3 de Julho um **Livro Verde** que abre o debate sobre a forma como as políticas educativas poderão responder aos desafios relacionados com os fluxos de imigração e mobilidade interna na UE.

A presença de um número considerável de crianças migrantes tem implicações assinaláveis para os sistemas educativos europeus. As **questões fundamentais** consistem em saber:

- como evitar a criação de contextos escolares segregados, a fim de melhorar a igualdade na educação;
- como conciliar a diversidade de línguas maternas e perspectivas culturais e desenvolver competências interculturais;

- como adaptar as competências pedagógicas e vencer as distâncias que separam as comunidades e as famílias migrantes.

Para além da troca de opiniões, o Livro Verde pretende também estudar o modo como a UE poderá apoiar os Estados Membros na elaboração das suas políticas de educação, e analisar o futuro da Directiva 77/486/CEE que tem por objectivo a escolarização dos filhos dos trabalhadores migrantes, e cuja aplicação foi bastante desigual.

A consulta decorrerá até 31 de Dezembro de 2008,

podendo os contributos ser enviados para:
Comissão Europeia - DG "Educação e Cultura"
Consulta sobre Educação e Migração
B-1049 Bruxelas

E-mail: EAC-migrantchildren@ec.europa.eu**O Livro Verde em**

Presidência francesa da União Europeia

Entre os dias 1 de Julho e 31 de Dezembro de 2008 a França assume a Presidência da União Europeia, tendo definido **quatro grandes prioridades**: a energia e o clima, as questões migratórias, a agricultura, a segurança e a defesa. Para lá destes quatro grandes eixos, é seu "desejo progredir em todos os sectores importantes da acção da União, tais como os domínios económico, financeiro, social e cultural, e também no plano internacional".

No que respeita ao Tratado de Lisboa, a presidência francesa irá aplicar as conclusões do Conselho Europeu de 19 e 20 Junho de 2008. O Conselho Europeu regressará a esta questão por altura da sua reunião de 15 Outubro de 2008, a fim de examinar a via a seguir. No âmbito da **Agenda Social** europeia a presidência pretende que o debate viabilize a abordagem de novos temas: a demografia e suas consequências no mercado do trabalho, e a situação dos *seniores*; a mundialização e o lugar que a Europa deve preservar; a diversidade e a luta contra a pobreza. Deverá igualmente ser levada a



cabo uma reflexão sobre os instrumentos da Europa social: instrumentos legislativos, instrumentos financeiros, instrumentos convencionais, método aberto de coordenação. Tal reflexão terá ainda por objecto reforçar a dimensão social do mercado interno – uma condição essencial ao seu bom funcionamento e ao reforço da confiança que os cidadãos nela depositam.

A presidência atribuirá particular importância à **inclusão activa das pessoas mais afastadas do mercado do trabalho**, no sentido de serem definidos princípios comuns, com base numa recomendação da Comissão. Favorecerá igualmente programas de experimentações sociais inovadoras, os intercâmbios de experiências e o estabelecimento de redes europeias de excelência. Neste contexto, será promovida a Mesa Redonda Europeia sobre a Pobreza e a Exclusão Social em Marselha, a 15 e 16 de Outubro, consagrando justamente os seus trabalhos ao tema da inclusão activa.



<http://www.eu2008.fr/PFUE/lang/fr>

2010

Ano Europeu de Luta contra a Pobreza

O Parlamento Europeu aprovou, no passado dia 17 de Junho, o conteúdo da decisão relativa à instituição de **2010 como Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza**.

O orçamento concedido para este Ano, o mais elevado de sempre, é de 17 milhões de euros.

Na União Europeia, existem 78 milhões de pessoas que vivem em risco de pobreza, das quais 19 milhões são crianças.

Segundo a relatora da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, a eurodeputada grega Marie Panayotopoulos-Cassiotou (PPE/DE), o objectivo de 2010 Europeu é reiterar o empenho da União na solidariedade, na justiça social e no aumento da coesão, exercendo um impacto decisivo na erradicação da pobreza.

"O **Ano Europeu deverá sensibilizar o público para as questões da pobreza e da exclusão social** na Europa e fazer passar a mensagem de que a pobreza e a exclusão são prejudiciais ao desenvolvimento socioeconómico. O Ano Europeu deve ajudar a combater a noção de que o combate à pobreza é um custo para a sociedade e

reafirmar a importância da responsabilidade colectiva, envolvendo não apenas órgãos de decisão, mas também actores públicos e privados", acrescenta.

As acções empreendidas deverão contribuir para "abordar lacunas nas políticas", bem como **sensibilizar os intervenientes e as instituições relevantes para as múltiplas dimensões da pobreza e da exclusão social** (em particular no que diz respeito às mulheres e às crianças), incluindo factores como o acesso ao emprego, à habitação, à protecção social, ao apoio à família, serviços sociais e de saúde.

Como defendido pelo PE nas alterações que apresentou à proposta de decisão que institui o Ano Europeu, deverá prestar-se especial atenção ao combate à pobreza infantil e à transmissão intergeracional da pobreza, à pobreza no seio das famílias, em particular nas famílias numerosas, nas famílias monoparentais, nas famílias com um dependente a cargo, bem como à pobreza a que estão sujeitas as crianças nas instituições.

Nova orientação para as políticas de emprego

O Parlamento Europeu (PE) pronunciou-se no passado mês de Maio sobre a proposta de decisão do Conselho relativa às orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros. No relatório aprovado em plenário, os eurodeputados propõem o prolongamento da vida activa dos trabalhadores, medidas que permitam aumentar a taxa de emprego feminino e incluem o combate à pobreza e à exclusão social como uma nova orientação para as políticas de emprego.

O Parlamento Europeu propõe que se dêem incentivos adequados ao prolongamento da vida activa dos trabalhadores que desejarem reformar-se mais tarde, optando por políticas que renunciem a uma estratégia de incentivo às reformas antecipadas e que permitam

uma melhor integração dos trabalhadores mais velhos. O PE inclui uma nova orientação para as políticas de emprego: **"Assegurar a inclusão social activa de todos os indivíduos e combater a pobreza e a exclusão social, garantindo um rendimento digno e um melhor acesso a serviços sociais de qualidade, bem como um melhor acesso ao mercado de trabalho graças à expansão das possibilidades de emprego e à formação profissional inicial ou contínua"**.

O Parlamento defende a "máxima redução possível do número de casos de abandono escolar precoce", para evitar que os alunos saiam das escolas sem qualificação, o que acarreta riscos de desemprego elevados.



<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A6-2008-0172+0+DOC+XML+VO//PT>

SONDAGEM

Opinião Pública portuguesa

O Eurobarómetro 69, realizado na Primavera de 2008, teve como objectivo dar continuidade à análise das atitudes e da opinião pública dos cidadãos europeus sobre vários temas dos domínios económico, político e social. O inquérito foi realizado num contexto em que se combinavam indicadores algo contraditórios sobre a evolução da economia portuguesa.

Questionados sobre as expectativas para os próximos doze meses em relação à situação económica portuguesa, 59% dos portugueses consideram que ela tenderá a piorar



(contra 46 por cento da média dos europeus).

Por outro lado, 71% dos inquiridos em Portugal concordam com a afirmação de que "têm dificuldades em pagar as contas ao fim do mês", o segundo valor mais elevado na Europa a 27. Uma análise a nível individual mostra que é entre os indivíduos com menores níveis de instrução, os mais velhos, os desempregados, os trabalhadores manuais e os trabalhadores menos qualificados do sector dos serviços que encontramos maiores dificuldades a este nível.



Relatório sobre Portugal

http://ec.europa.eu/portugal/pdf/informa/estudos_opiniao/eurobarometro_portugal_69_pt.pdf

O relatório standard e os relatórios nacionais

http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb69/eb69_en.htm

REAPN

Nas margens do Tâmega

Nas margens do Tâmega – mercado de emprego, pobreza e exclusão: interacção e intervenções é o título do Caderno REAPN 13 que apresenta um estudo com incidência num conjunto de oito concelhos pertencentes ao distrito do Porto (integrados na NUTS III do Tâmega), designadamente Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. O estudo faz o "aprofundamento do conhecimento estratégico do tecido social e das dinâmicas de exclusão e pobreza em cada um dos concelhos (...) assim como das suas relações com o mercado de trabalho, numa perspectiva inter-municipal".



Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2011

Numa altura em que se aproxima a data da submissão do PNAI 2008-2011 à Comissão Europeia (próximo dia 15 de Setembro), a REAPN elaborou um documento onde reflecte sobre a implementação do PNAI 2006-2008, e apresenta alguns contributos e recomendações para PNAI 2008-2011.

Algumas propostas e recomendações

- Criar, no âmbito da Comissão Inter-ministerial de Acompanhamento do PNAI, uma *task force* que possa avaliar a implementação do PNAI 2006-2008 e preparar um plano de actividades detalhado do PNAI 2008-2011;
- Criar um espaço de participação e auscultação, e promover uma sensibilização geral para as questões da pobreza e exclusão social;
- Clarificar o papel das pessoas em situação de desfavorecimento social na implementação da estratégia de inclusão social e incluir no novo plano acções/projectos/iniciativas que garantam a mobilização, auscultação (participada) e a participação efectiva das pessoas em situação de pobreza;
- Definir medidas políticas e acções concretas que permitam uma redução efectiva da taxa de pobreza infantil e da taxa de pobreza dos idosos;
- Retomar, ao nível do PNAI, a integração não só dos imigrantes, mas também das minorias étnicas, em particular, as comunidades ciganas;
- Promover uma metodologia que favoreça uma apropriação do Plano por parte das diferentes instâncias que têm o papel de implementar as medidas políticas nele inscritas - educação, saúde, habitação, emprego, acção social;
- Privilegiar estudos de investigação que permitam conhecer a fundo alguns dos fenómenos mais prementes ao nível da pobreza e exclusão social em Portugal;
- Prever medidas concretas que vão de encontro às novas formas de pobreza;
- Adoptar uma política (monitorizada) de capacitação e qualificação dos equipamentos sociais financiados pela Segurança Social (lares, centros de dia, creches, internatos, etc.), com vista a garantir serviços de maior qualidade, adequados às necessidades e aos diferentes públicos-alvo. A qualificação das organizações sociais deve ser encarada como um investimento num sector que, ainda actualmente, garante uma enorme parte da protecção social em Portugal.



http://www.reapn.org/documentos_visualizar.php?ID=88

Centro de Documentação REAPN

A REAPN dispõe de um **Centro de Documentação** que está **aberto ao público** para consulta das 9.30h às 12.30h e das 14.00h às 17.30h. O Centro encontra-se organizado segundo o sistema CDU (Classificação Decimal Universal) e dispõe dos seguintes **serviços**:

- _ Serviço de Leitura;
- _ Pesquisa e Informação Bibliográfica;
- _ Bibliografias Temáticas;
- _ Listas de Descritores das obras registadas na Base de Dados da REAPN;
- _ Dossiers Temáticos;
- _ Serviço de Reprografia;
- _ Venda de Publicações REAPN.

Para um serviço mais rápido, os recursos existentes no Centro de Documentação estão disponíveis para pesquisa *online* em <http://www.reapn.org/documentacao.php>.



Armandina Heleno
Tel: 225 420 803 E-mail: armandina.heleno@reapn.org

Divulgação e pedidos de informação

Para a divulgação e solicitação de documentação (todos os documentos mencionados no boletim estão disponíveis no GI) contactar:

Gabinete de Informação da REAPN Tel: 225 420 802 Fax: 225 403 250 Site: www.reapn.org E-mail: angelina.lopes@reapn.org